

Aproximações entre História e Literatura nas narrativas de Garcia Márquez e Vargas Llosa

Libertad Borges Bittencourt (UFG)

libertadborges@yahoo.com.br

Introdução

No livro “Literatura e Resistência” (2002, p. 7), Alfredo Bosi inicia suas reflexões com uma citação de Otto Maria Carpeaux que enfatiza: “A literatura não existe no ar, e sim no Tempo, no Tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. A literatura não deixará de refletir esse ritmo – refletir, mas não acompanhar”. A última parte dessa mesma citação inicial reitera: “A relação entre literatura e sociedade não é mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica).

Bosi destaca nessa parte inicial do seu livro “o caráter singular das obras de arte e na necessidade de entender a individualidade irreduzível de cada autor e de cada texto”, alertando que “Em literatura, como na arte, não se podem perder de vista as obras, infinita e indefinidamente receptivas e cujo conteúdo ninguém jamais pode afirmar ter esgotado nem fixado em fórmulas”. (p. 8)

Ao inserir essas reflexões nessa parte inicial da minha própria leitura das obras de dois autores contemporâneos, canônicos na literatura não apenas latino-americana, destaco a complexidade da aproximação que me proponho, de pensar como a literatura pode se reportar a eventos históricos, mapeados em obras historiográficas ou, como é o caso de *Canudos*, em obras com a envergadura de “*Os Sertões*”, escrito por Euclides da Cunha e referência obrigatória sobre aquele acontecimento.

A obra de Marquez, que descreve os momentos finais do general Bolívar, desvela os impasses após a independência da Grã Colômbia, uma tarefa que mobilizou a América hispânica na guerra contra a Espanha. No caso da obra de Llosa sobre

Canudos, os desencontros deveram-se às contingências muito específicas em uma região do sertão nordestino; contudo, os encaminhamentos locais levaram ao enfrentamento com o exército brasileiro, uma vez que às questões regionais foi agregado um discurso visto como desafiador ao projeto republicano recém instaurado.

O interesse por refletir essas questões deveu-se ao fato de que as obras literárias têm colocado desafios novos aos historiadores. Há de se ressaltar que a proposta não é esgotar o tema nem a especificidade das obras arroladas, mas pensar alguns dos desencontros entre os projetos políticos colocados para as nações naquele período, terreno familiar ao historiador de América, da forma como foram narrados nessas obras literárias. A presente reflexão também não se reportará a um debate recorrente e que ainda não alcançou consenso sobre a adequação de se utilizar textos literários como objeto de pesquisa no campo da História. Parto do pressuposto de que as obras literárias sinalizam férteis possibilidades de reflexão também para os historiadores.

A complexidade da metodologia exigida para o aporte na aproximação entre História e Literatura estimula as incursões do historiador nesse campo. Minha perspectiva também se coaduna com CAMILOTTI; NAXARA, (2009, p. 27) quando as autoras pontuam que os historiadores “autoconfiantes de um aparelho crítico particular ao campo” se mostraram “interessados em averiguar e mesmo em refletir sobre imagens erigidas para autores e obras pela teoria literária ou talvez sobre sua condição de ficções de verdades historicamente constituídas”. Esse argumento respaldou minhas reflexões sob um recorte pontual sobre essas duas significativas obras da literatura latino-americana, que certamente ensejam leituras outras sob as mais distintas perspectivas. Nesse sentido, minha opção foi incorporar essas produções literárias “como fonte de história, na qual se pode recuperar as diferentes leituras que os autores concebem, por meio da ficção, a respeito da história do país”. (Idem, p. 35)

O General em seu labirinto

Márquez destaca a pesquisa e as revisões históricas auferidas junto a diferentes fontes e especialistas sobre o tema, enfatizando que esses procedimentos lhe “tornaram mais fácil a temeridade literária de contar uma vida com uma documentação

tirânica, sem renunciar aos foros desaforados do romance” (1989, p.268). É essa constatação que me instigou; a possibilidade de, a partir de momentos históricos, diálogos retirados de cartas e documentos, permitirem ao autor construir o cenário e inferir sobre as inquietações pessoais que teriam dominado o general em seus últimos dias, possibilidade que se configura no campo literário.

Sob esse enfoque me aproximei do romance, para pensar como a literatura lida com um momento crucial da história do continente, narrando os impasses que permearam as últimas iniciativas de Bolívar; sobretudo devido ao fato de as lideranças independentistas e mesmo o povo não ter aderido de forma efetiva ao seu projeto de unidade; na obra aqui elencada, é emblemático quando, nos momentos em que sua saúde dava sinais evidentes de se aproximar do estágio terminal, ele profere uma afirmação visceral sobre o seu projeto político incompreendido e que dá o tom da narrativa da obra literária: “Ninguém entendeu nada”. Essa reflexão teria sido feita quando o general se decidia a deixar a Colômbia e se refugiar na Europa.

Nesse cenário, a observação de Bolívar a Sucre é lapidar “– Em suma – tudo o que fizemos com as mãos os outros estão desmanchando com os pés”. Ao que Sucre teria acrescentado: “É uma ironia do destino. É como se tivéssemos semeado tão fundo o ideal da independência que agora esses povos estão querendo ficar independentes uns dos outros”. Em uma tentativa de controlar o passado, cristaliza-se uma memória discursiva que muitas vezes está permeada por paradigmas que orientaram os construtos das representações e identidades nacionais.

Márquez respalda o ponto de vista quase unânime quando se reflete sobre o período na América Hispânica: “da geração de americanos ilustrados que lançaram a semente da independência, do México ao Rio da Prata, era ele [Bolívar] o mais convicto, o mais obstinado, o mais clarividente e o que melhor conciliava o engenho da política com a intuição da guerra” (p. 83-85). O livro destaca recorrentes análises sobre as diferentes perspectivas políticas pensadas por Bolívar, não obstante sua irremovível certeza de que só a unidade continental manteria as nações da América do Sul fortes.

Na perspectiva de Márquez, o que deixava o general amargurado nos últimos anos era considerarem-no um promotor de insurreições e concluía: - “As

insurreições são como as ondas do mar, que se sucedem umas às outras – por isso sempre as detestei [...] A que ponto chegamos, hoje em dia estou lamentando até a que fizemos contra os espanhóis”. (p. 148)

Essa unidade para ele era insofismável. Do exílio no início das guerras, voltara à sua terra; atravessou os Andes com uma tropa de *llaneros* descalços, derrotou as armas realistas e libertou Nova Granada, depois a Venezuela, sua terra natal, e por fim os territórios do sul até as fronteiras do império do Brasil (p. 87). Entretanto, “apesar de todas essas vantagens, disse, já dera por provado repetidas vezes que quando marchava do sul para o norte, e vice-versa, o país de onde saía se perdia à sua retaguarda, e novas guerras civis o arruinavam. Era o seu destino”. (p. 118).

Quando o congresso da Venezuela deliberou pela separação definitiva, declarando que não haveria acordo com Nova Granada e o Equador enquanto o general estivesse em território colombiano, Bolívar autorizou que “de tenente para cima todo aquele que quisesse ir combater na Venezuela que partisse (p.198). “Foram separados e por caminhos diferentes, uns pela Jamaica, outros por Curaçao, outros por Guajira, e todos à paisana, sem armas e sem nada que pudesse delatar sua identidade, como haviam aprendido nas ações clandestinas contra os espanhóis [...] o general ficou fortalecido pela esperança de que uma nova guerra fizesse reverdecer os louros de outrora”.

Márquez enfatiza que Bolívar tinha a idéia fixa de começar de novo, “sabendo que o inimigo estava dentro e não fora da própria casa. As oligarquias de cada país [...] tinham declarado guerra de morte à idéia da integridade, por ser contrária aos privilégios locais das grandes famílias. “- Essa é a causa real e única desta guerra de dispersão que nos mata – disse o general -. – E o mais triste é que pensam estar mudando o mundo, quando o que estão fazendo é perpetuar o pensamento mais atrasado da Espanha”. (p. 204)

Ao ser mais uma vez questionado pela sua instabilidade “no modo de julgar os homens e manejar a história” reafirmava: “ – Pois bem, tudo isso é certo mas circunstancial – porque tudo eu fiz com o único objetivo de tornar este continente um país independente e único, e nisso não tive nem uma contradição, nem uma só dúvida”

(p. 205). Esse processo transformou-o uma vez mais, de “um aposentado que fugia, vencido para o desterro” em um general em campanha, quando ele se decidiu efetivamente por permanecer na América e envidar os últimos esforços para restaurar o projeto de unidade há muito agonizante, como ele próprio.

Márquez procede à colagem de distintos momentos dessa trajetória singular que foi a vida do libertador, particularmente nos seus últimos anos, reportando-se de forma recorrente ao passado. A narrativa de momentos de decrepitude, devido à doença devastadora, alcançou tons impressionantes, aliada à ênfase em ações que ainda assombram quem delas toma conhecimento.

A Guerra do fim do mundo

A partir de personagens reais e fictícias, Lhosa conta uma história envolvente sobre Canudos, desvelando os desencontros, as mazelas e o desconhecimento que marcaram “a guerra do fim do mundo”, entre os seguidores do Conselheiro e as tropas do exército nacional; o Brasil contra brasileiros, sob a alegação de que havia uma conspiração monárquica que era preciso debelar.

Um Brasil moderno que se contrapunha a um Brasil arcaico, este constituído por pessoas que conservavam resquícios de um passado monárquico mítico, transmitido pelos cantores ambulantes, que percorriam o sertão de tempos em tempos e que “por um gole de cachaça, um prato de carne seca e farofa contavam a história de Oliveiros, da Princesa Magalona, de Carlomagno e os Doze Pares de França”. Esse contraponto feito pelo autor contribui para enfatizar o caráter assistemático do grupo que se reuniu em torno do Conselheiro em Canudos.

O estranhamento sobre Canudos, sua população e sua resistência, é realçado na narrativa de Lhosa, ao enfatizar como a diversidade humana coexistia em Canudos com menos violência, num clima de exaltação e fraternidade, mesmo na mais absoluta miséria, o que não podia ser compreendido além daqueles limites. Penitentes jejuavam, impunham-se a abstinência sexual e havia flagelações públicas, sob o incentivo do Conselheiro; gente de todas as partes do nordeste para lá se deslocavam, mesmo já tendo sido iniciados os combates, o que mesmerizava as pessoas que conheciam essa trajetória.

O autor consegue ilustrar magistralmente a crença dos seguidores do conselheiro, ao naturalizar os sucessivos embates, enfatizando a ausência de surpresa dos moradores de Canudos quando souberam que uma companhia do 9º. Batalhão de Infantaria da Bahia desembarcara próximo dali para capturar o conselheiro, já que este sempre avisara que “as forças do cão” um dia viriam para prendê-lo. Nesse cenário, aquiesceram aos chamamentos dos líderes e se organizaram para o enfrentamento.

Sucessivas derrotas foram impostas às tropas do exército nacional. Era impossível acreditar que “um bando de fanáticos” pudesse infligir derrota de tal magnitude às tropas regulares do governo. A tese da conspiração prosperava e afirmava-se que os “fanáticos sebastianistas” queriam restaurar o império, “com a ajuda do Conde D’Eu, dos monarquistas e da Inglaterra.” (p. 168). A ofensiva militar era alimentada pela certeza da sedição dos conselheiristas, que manifestavam seu repúdio à nova ordem que se instalara no Brasil.

Essa reflexão reproduz o estranhamento entre as distintas regiões do país, ente o litoral e o sertão, dualismo clássico que se perenizou nas páginas de *O Sertão*, escrito por Euclides da Cunha, oficial do exército brasileiro que também esteve presente no enfrentamento. O governo, no Rio de Janeiro, alegava a necessidade de responder com enfrentamento ao forte armamento dos rebeldes, que supostamente seria subsidiado por monarquistas e por potências estrangeiras, uma vez que Canudos era formado por uma gente muito miserável e parcamente armada.

Evidentemente, ao longo dos sucessivos enfrentamentos, os moradores de Canudos foram se apropriando de armamentos tomados ou abandonados quando da retirada das tropas e também com o aprisionamento dos oficiais do exército. Segundo Llosa, essa era a base da teoria conspiracionista: a utilização de balas explosivas pelos sertanejos, o que confirmaria a tese da ajuda externa dos inimigos da república. Nesse cenário, o exército seria o agente que imporia a unidade nacional, encarregado de levar o progresso a todos os rincões da nação. A jovem República se defrontava com a “obrigação de se defender daqueles que por cobiça, fanatismo, ignorância ou engano atentam contra ela e servem os apetites de uma casta retrógrada interessada em manter o Brasil no atraso para melhor explorá-lo”. (p. 224)

As incoerências nas análises sobre o que se passava em Canudos são destacadas por Lhosa em um diálogo revelador: “Vão ser sacrificados por monarquistas e anglófilos, eles que confundem o Imperador Pedro II com um dos apóstolos, eles que não têm idéia de onde fica a Inglaterra e esperam que o rei Dom Sebastião saia do fundo do mar para defendê-los”. (p. 249) A perspectiva maniqueísta do romance é desvelada em distintos episódios. Mesmo o padre que atendia o vilarejo, ao ser preso e interrogado sobre a presença de forâneos que treinariam os rebeldes, “exclama, espantadíssimo. – Nunca vi um estrangeiro em Canudos, só a gente mais humilde e mais pobre. Que fazendeiro, que político poria os pés entre tanta miséria?” (p. 254)

Finalmente, foram enviadas tropas com uma percepção mais adequada do terreno e do contexto no qual agiriam. Para acentuar a dimensão dessas tropas Lhosa mostra o temor de um espião de Canudos: “Quando começa a escurecer, já contou vinte e dois carros de burros; ainda falta a metade da Coluna. Durante cinco horas viu soldados, canhões, animais” (p.387). Mesmo assim, a resistência de Canudos é tenaz e inflige severas derrotas, que atrasavam o avanço das tropas. Em um dos ataques um sargento, ao ouvir um toque de corneta ordenando a retirada, não entende o porquê da ordem, pois “os ingleses são poucos e quase não têm munição” (p.401). O exército não estava preparado para a ferocidade da luta corpo a corpo.

Lhosa narra os últimos embates, a difícil tomada de Canudos, as escavações no interior do lugarejo para encontrar o corpo do Conselheiro, para evitar que os sertanejos fizessem dele objeto de culto; ainda assim o autor destaca que o conselheiro “não morreu de bala, a única ferida, em seu corpo esquelético, era uma equimose na perna esquerda, causada pelo arranhão de uma lasca ou pedra” (p. 449). Mesmo com o exército ocupando Canudos, a resistência dos rebeldes foi difícil de ser debelada e a luta foi renhida, de casa em casa, homem a homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das mudanças que perpassaram a escrita da História, a literatura foi revisitada e revalorizada no que diz respeito às possibilidades apresentadas por essa “fonte” em expressar o “tempo histórico”. Nesse sentido, a própria concepção de fonte histórica foi questionada, especialmente quando se tratou de lidar com a literatura, pois

a pergunta colocada era: a literatura é ou não “fonte” para o historiador? Como tratar essa “expressão de um tempo”, sem subalternizá-la ao método histórico e, ao mesmo tempo, sem extrapolar as fronteiras da prática historiográfica? Tal questão, extremamente válida para o campo das relações entre história e literatura, não alcançou consenso, mas tem sugerido possibilidades insuspeitadas para a reflexão historiográfica. Trata-se, fundamentalmente de pensar o papel do leitor, o processo de leitura, a apreensão e a recepção de textos, considerando as “fontes” elencadas e seu estatuto. Essa discussão foi perpassada também pelo debate sobre a centralidade da história como espaço privilegiado de compreensão do humano.

As obras aqui arroladas sinalizaram essas possibilidades de reflexão nas leituras que fiz; inicialmente apenas por apreciá-las. Em decorrência da minha atividade docente em História da América, começaram a despertar questões instigantes, particularmente após a indicação das mesmas para reflexão aos alunos na disciplina. Ao confrontar a leitura sobre Canudos em Vargas Llosa e em Euclides da Cunha, a inserção de personagens ficcionais, que “conviviam” com os sujeitos/personagens reais me instigou a confrontar a versão desse episódio histórico no texto do autor peruano. Por sua vez, as aulas sobre a formação do Estado Nacional na América Hispânica se iniciam com as guerras de independência e no interior destas sobressai a ação de Bolívar. A percepção de que ambos os autores conduziram suas narrativas por meio de episódios e sujeitos históricos, fundamentais no período e para as respectivas nações, orientaram minha leitura.

Nesse sentido, essa abertura iluminou alguns contextos a partir das reflexões colocadas em curso em obras literárias, construídas a partir de eventos históricos, respaldadas em personagens e contextos também históricos, mesmo sob a análise “desaforada” da literatura. García Márquez já foi referido como o “prestidigitador das palavras” e Vargas Llosa, por sua vez, também se tornou referência no campo da literatura latino-americana; ambos laureados com o Nobel de literatura. São alguns dos escritores contemporâneos do subcontinente muito lidos no Brasil e sua escolha para a presente reflexão deveu-se às suas narrativas sobre um período e um marco essenciais pós-independência na América do Sul. De um lado, as reflexões de Bolívar, o emblemático general das independências, aquele que recebeu o epíteto de Libertador; o livro *O general em seu labirinto* desvela como uma das principais lideranças evocava

sua própria trajetória e os desencontros entre os projetos realmente efetivados no albor das nações que formavam a Grã Colômbia. De outro, o extremo oposto: grupos excluídos, desinformados sobre o governo que se instaurara no outro extremo da nação com a república e que foram alvo de enfrentamentos militares para debelar supostos focos de insurreição, por conta dos manifestos dos seguidores de Antonio Conselheiro.

Evidentemente, essa é uma leitura pontual e as possibilidades apresentadas por essas obras literárias consagradas são vastas. Minha perspectiva foi apenas pontuar algumas das arrebatadoras construções literárias postas em curso nesses textos, respaldados numa importante pesquisa em fontes e contextos históricos sobre os eventos que os autores utilizam em suas narrativas.

Referências

ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos” In. Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (orgs): *Memória [res]sentimento* – Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 15- 36

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia das Letras, 2002

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente. In. *História: Questões e debates*, Curitiba, n. 50, 2009.

LLOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981

MÁRQUEZ, Gabriel García. *O General em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989